

Diálogos Sustentáveis

Engajamento Multisetorial

Relatório Diálogo Setorial

Seminário – Desenvolvimento Sustentável: quem é responsável?

UMAPAZ, São Paulo, 22 a 24 de novembro de 2006

1. ESTRUTURA DO DOCUMENTO

- Apresentação
- Lista de participantes
- Programação
- Detalhamento das atividades
- Avaliação dos participantes

2. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o relato das atividades e conteúdos debatidos pelos participantes do Seminário Desenvolvimento Sustentável: quem é responsável? – promovido pela ABDL com apoio da AVINA e AccountAbility, no âmbito do projeto Diálogos Sustentáveis – Engajamento Multisetorial. Agradecimentos especiais à UMAPAZ, à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, ao Instituto ETHOS e às diversas pessoas e organizações que colaboraram para a realização do seminário.

O encontro teve como objetivo promover o diálogo multisetorial sobre papéis e responsabilidades que cada setor assume e sobre suas perspectivas sobre as responsabilidades que os outros setores devem assumir em relação ao desenvolvimento sustentável. O conceito de “*accountability*” permeou os conteúdos do evento com o sentido de que cada um deve se responsabilizar e ser *responsabilizável* pelo Desenvolvimento Sustentável, com destaque para a importância de que este quadro de responsabilidades seja construído de maneira compartilhada e com foco em ações de mudança.

As atividades do encontro foram divididas em três dias bastante caracterizados pelos tipos de conteúdos e dinâmicas de trabalho.

O primeiro dia contou com aportes da coordenação do Projeto Diálogos Sustentáveis sobre o processo de diálogos multisetoriais do projeto, bem como com palestras de especialistas (uma mais geral sobre aspectos científicos do conceito de desenvolvimento sustentável e outras quatro com exposições sobre a visão de representantes setoriais sobre o papel e as contribuições positivas e negativas do setor para o desenvolvimento sustentável).

O segundo dia foi voltado a trabalhos em grupo que buscaram complementar e aprofundar o debate sobre os conteúdos e reflexões levantadas no dia anterior. No início da manhã, houve uma

apresentação de caso sobre lixões e reciclagem para exemplificar a prática do diálogo multisetorial direcionada para resultados práticos. Os participantes então debateram em grupos setoriais as contribuições (positivas e negativas), as tendências e vanguardas, bem como as oportunidades de avanço de cada setor em relação ao desenvolvimento sustentável. Na parte da tarde, grupos multisetoriais dialogaram sobre convergências, divergências, papel do diálogo e oportunidades de ação, tendo como pano de fundo o quadro de responsabilidades setoriais apresentado pelos grupos setoriais.

O último dia do seminário começou com uma apresentação de caso sobre a complexidade e dilemas de sustentabilidade na atuação de uma grande empresa de mineração brasileira, atividade que foi comentada por representante da rede de líderes AVINA. Após a apresentação do caso, este dia foi caracterizado-se pela dedicação à esfera prática de accountability, ao levantamento de propostas para a construção de agendas multisetoriais de ação baseada em responsabilidades compartilhadas. Foram objeto de trabalho as prioridades e os espaços para avanço destas agendas.

Estiveram presentes membros de organizações de diversos setores e grupos de atores de diferentes regiões do país (empresas, mídia, governo e sociedade civil), membros do Comitê Consultivo do projeto, além de representantes da Embaixada Britânica e da equipe técnica do projeto da ABDL. Ressaltamos a significativa presença de Fellows da rede LEAD.

3. LISTA DE PARTICIPANTES

Lista de Participantes			
	Setor	Organização	Nome
1	E	Banco ABN AMRO Real	Priscilla Navarrette
2		Consultoria (Unilever e Votorantin)	Daniella Uberreich Eisenbraun
3		Consultoria de projetos e captação de recursos	Alba Rodrigues
4		ERM Brasil - Environmental Resource Management	Eugênio da Motta Singer
5		Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	Danusa Dias Reis
6		Fundação Banco do Brasil	Emerson Máximo Pereira
7		Fundação Banco do Brasil	Maria Helena Langoni Stein de Melo
8		Fundação Vale do Rio Doce/ CVRD	Bernadete Almeida
9		Fundação Vale do Rio Doce/ CVRD	Olinta Cardoso
10		Grupo de Institutos, Fundações e Empresas	Rodrigo Zauala
11		Inst. Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Ana Letícia Silva
12		Rever Consulting	Vincent Menu
13		RR Invest. Sociais - Assessoria e Desenvolvimento	Rebecca Raposo
14		Sucre-Ethique	Anne Louette
15	G	Embaixada Britânica em Brasília	Juliana Borges Lima Falcao
16		Embaixada Britânica em Brasília	Rogério Barbosa
17		Fundação Joaquim Nabuco	Edneida Rabelo Cavalcanti
18		Fundação Prefeito Faria Lima	Hélvio Nicolau Moises
19		Secretaria de Planeja. Urbano do Mun. de São Paulo	Rita de Cássia Ogera
20		Secretaria Estadual do Meio Ambiente	Eliana Szasz

Lista de Participantes		
Setor	Organização	Nome
21	Secretaria Estadual do Meio Ambiente	Julia Schreiner
22	Secretaria Geral da Gestão do Governo de Goiás	Andrea Aurora Guedes Vecchi
23	Secretaria Municipal de Cultura	Cláudio Fernando Fagundes Cassas
24	Secretaria Municipal de Planejamento	André Luís Gonçalves Pina
25	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Georges Kltakinf
26	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Gustavo Beutten Muller (Agni)
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Hélio Neves
28	Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense	João Ricardo Guimarães Caetano
29	Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense	Renata Cristina Ferreira
30	Avina Brasil	Lídia Rebouças
31	Comunicadora – Investimento Social Privado	Sheila Saraiva
32	Cora Filmes	Pedro da Costa Novaes
33	Instituto BioAtlântica	Lysandre Ribeiro
34	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	Carlos Tautz
35	M Oficina de Imagens - Comunicação e Educação	Alcione Antonieta Marques Rezende
36	Portal setor3	Cleber Siqueira
37	Publicom Assessoria de Comunicação	Maria Regina C. Domingues
38	Rede de Desenvolvimento Humano	Thais Rodrigues Corral
39	Revista Onda Jovem	Lélia Lyra
40	Selulloid AG	Márcia Gouveia Régis
41	AccountAbility	Alejandro Litovsky
42	Ashoka Empreendedores Sociais	Luciana Lanzoni
43	Ass. Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças	Andres Falconer
44	Ass. Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças	Sergio Talocchi
45	Autônoma – relações internacionais e terceiro setor	Patrícia C. Guisordi
46	Avina Brasil	Valdemar de Oliveira Neto (Maneto)
47	Fundação Getúlio Vargas	Elisa R. A Larroude
48	Grupo de Diálogo da Associação Palas Athena	Silvio Vieira
49	Inst. Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia	Gilberto de Palma
50	SC Instituto de Estudos da Religião	Samyra B. Crespo
51	Instituto Internacional de Educação no Brasil	Maristela Bernado
52	Mov. Nacional de Catadores e Materiais Recicláveis	Bertrand Sampaio de Alencar
53	Rede de Tecnologia Social	Larissa de Oliveira Constant Barros
54	União de Moradores da Juréia	Arnaldo Rodrigues Neves Junior
55	Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz	Paulo César dos Santos
56	Universidade de São Paulo	José Eli da Veiga
57	World Wildlife Fund	Marília Oliveira

E – Empresas; G – Governo; M – Mídia; SC – Sociedade Civil

4. PROGRAMAÇÃO

Dia 22		
9:00	Boas-vindas e abertura Apresentação da agenda de atividades	Andres Falconer - ABDL Paulo César dos Santos - UMAPAZ
10:00	<u>Apresentação e debate</u> : Diálogo multisetorial sobre desenvolvimento sustentável no Brasil: histórico, aprendizados e dilemas.	Andres Falconer e Sergio Talocchi - ABDL
11:00	<i>Coffee-break</i>	
11:30	<u>Palestra e debate</u> : Desenvolvimento Sustentável: estamos falando a mesma língua?	José Eli da Veiga – FEA/USP
12:30	<i>Almoço</i>	
14:00	<u>Painel Multisetorial</u> : Apresentações sobre o estado da arte e da prática de quatro setores para o desenvolvimento sustentável (Empresas, Mídia, Governo Local e Sociedade Civil)	Eugênio Singer – ERM Consultoria Carlos Tautz - IBASE Andres Falconer - ABDL Hélio Neves – SVMA/PMSP
16:00	<i>Coffee-break</i>	
16:30	Comentários e debate em plenária	Samyra Crespo - ISER
Dia 23		
9:00	<u>Apresentação de caso</u> : Movimento Nacional de Catadores e Materiais Recicláveis	Bertrand de Alencar
10:00	<u>Grupos de trabalho setorial</u> : construção de visões setoriais.	
12:30	<i>Almoço</i>	
14:00	<u>Plenária</u> de apresentação dos grupos	
16:00	<i>Coffee-break</i>	
16:30	<u>Feira de idéias</u> : dinâmica de grupo interativa	
Dia 24		
9:00	<u>Entrevista</u> : Caso da Companhia Vale do Rio Doce	Olinta Cardoso – Fundação CVRD Valdemar de Oliveira Neto (Maneto) - AVINA
10:00	<u>Agenda de Accountability</u> : trabalho em grupos setoriais para debate e delimitação de agendas de avanço	
12:00	<i>Almoço</i>	
13:30	Plenária com apresentação dos grupos	Thais Corral – CEMINA Alejandro Litovsky - AccountAbility
15:40	Avaliação Encaminhamento Encerramento	Andres Falconer - ABDL Alejandro Litovsky - AccountAbility
16:15	<i>Coffee-end</i>	

5. PRIMEIRO DIA

5.1 Apresentação

Andrés Falconer, coordenador executivo da ABDL e Sergio Talocchi, coordenador do Projeto Diálogos Sustentáveis, fizeram uma apresentação sobre os objetivos do evento e a agenda de trabalho. Também expuseram as atividades anteriores do projeto e os próximos passos para o ano de 2007.

Objetivos do Evento
1. Engajar um grupo multissetorial em um diálogo significativo sobre desenvolvimento sustentável
2. Explorar a compreensão do papel e a contribuição de quatro atores-chave para o desenvolvimento sustentável – governo local, empresas, mídia e sociedade civil
3. Estimular compartilhamento de experiência entre setores, em busca de interesses comuns e ação inovadora
4. Estimular atores a assumir responsabilidade e tornar-se <i>accountable</i> pelo desenvolvimento sustentável

Foi destacada a importância e relevância do diálogo multissetorial frente à complexidade das questões e relações que se colocam quando a sustentabilidade do desenvolvimento está em pauta.

Quanto à definição dos enfoques temáticos, foi grande a preocupação dos participantes com relação à necessidade de trazer temas como a infra-estrutura e os investimentos para o centro do debate (exemplos específicos foram as infra-estruturas urbanas e o saneamento básico).

Andres ainda explicou o sentido do título do evento, mostrando que a origem do termo “responsável” teve inspiração no inglês “*accountable*”, ou seja um processo em que os atores se responsabilizam e tornam-se responsabilizáveis pelo desenvolvimento sustentável. Sobre este tema, Sergio chamou a atenção para a necessidade de que essa definição de papéis e responsabilidades, bem como de formas de monitoramento, sejam construídas em conjunto, em processos de diálogo multissetorial, pois as responsabilidades setoriais são em grande medida interdependentes e se influenciam entre si.

O debate que se seguiu à apresentação esteve centrado na noção de que é importante ver o tema de infra-estrutura e investimentos sob a ótica das políticas públicas, sendo estas não apenas concentradas nas políticas ambientais, mas sim como um conjunto de políticas que expressam uma visão do governo e de outros atores sobre o desenvolvimento em sentido amplo. A política ambiental é apenas parte e resulta desta visão. O que se argumentou, entretanto, é que atualmente poucos setores e apenas parte do governo tem algo que se possa chamar de uma concepção sobre desenvolvimento que sustente essa integração de políticas públicas para a sustentabilidade.

5.2 Palestra e debate: Desenvolvimento Sustentável: estamos falando a mesma língua? José Eli da Veiga – FEA/USP

O Prof. José Eli fez uma apresentação que dividiu analiticamente os termos “desenvolvimento” e “sustentável”. Só assim, segundo ele, se pode fazer uma discussão científica sobre o termo desenvolvimento sustentável. A divisão analítica, entretanto, não é suficiente, pois é preciso observar a origem institucional dos termos para entender sua importância (ou falta de importância) no contexto atual. O fato de que há pouca difusão de indicadores sobre desenvolvimento sustentável mostra que ainda há muito que avançar. Como ilustração, Zé Eli citou a idéia de que se algo é importante, será medido, não importando o grau de complexidade envolvido.

Em seguida, resumiu três leituras embasadas cientificamente dos termos desenvolvimento e sustentável.

Desenvolvimento	Sustentável
Crescimento: Desenvolvimento é igual a crescimento econômico. É uma das idéias mais fortes.	Otimista: A tecnologia resolve qualquer impacto ambiental ou desequilíbrio em ecossistemas. Todos os tipos de capitais são substituíveis. Com o avanço do crescimento econômico os problemas ambientais se resolveriam automaticamente.
Miragem: Desenvolvimento é uma miragem. Não se pode definir e só faz distanciar as sociedades do objetivo inicial.	Pessimista: É impossível ignorar a entropia. O desenvolvimento é incompatível com a sustentabilidade, pois o aumento de entropia no uso de energias leva inexoravelmente ao esgotamento das fontes de energia e vida. O que se pode fazer é apenas diminuir o ritmo deste processo com usos mais eficientes dos recursos.
Caminho do Meio: É uma ampliação de liberdades, de possibilidades de escolha (desenvolvimento pessoal, acesso à saúde, trabalho, etc.).	Caminho do Meio: O que importa são os estoques (capital natural, humano e construído...) e não o produto. Daí a proposta de se tentar calcular um PIB verde ou corrigido.

O Professor apresentou dois dos principais indicadores de sustentabilidade ambiental:

- 1º Pegada Ecológica – indicador que mede a pressão antrópica sobre a bio-capacidade. Sobre este destacou que pegada do Brasil é comparativamente baixa, mas em termos planetários, nosso padrão já seria insustentável. Único país que não supera a pegada ecológica do planeta é Cuba. Este índice é incentivado pelo WWF.
- 2º Indicador de Sustentabilidade Ambiental – ESI. Contrário à pegada ecológica, prevê cinco dimensões (incluindo, por exemplo, a capacidade de resposta do meio ambiente aos impactos). No total são 60 variáveis. Indicadores como a governança ambiental colocam países como a Finlândia nos primeiros lugares (país que exporta suas pressões ambientais) Por trás deste índice está o Fórum Econômico Mundial.

Quanto a estas e outras tentativas de criar índices de sustentabilidade, lembrou que é fácil montar os índices, mas é difícil legitimá-los.

O Desenvolvimento Sustentável não é conceito e sim um campo em que podem combinar-se diferentes teorias e conceitos específicos sobre desenvolvimento e sustentabilidade. É preciso ir além da visão analítica e analisar dialeticamente estes dois opostos, pois qualquer atividade

humana necessariamente agride o meio ambiente, e portanto, a idéia de sustentabilidade seria oposta ao meio ambiente e desenvolvimento humano. Nesse sentido, as sociedades mais sustentáveis são aquelas que se negaram a crescer.

Estes opostos podem se interpenetrar, mas isso significa necessariamente uma crítica ao desenvolvimento. Não tem como pensar e discutir seriamente desenvolvimento sustentável, sem fazer reflexão crítica sobre desenvolvimento.

Ressaltou por fim a importância de se analisar os diversos tipos de desigualdades, além da renda; a importância do conhecimento científico e tecnológico na busca de soluções viáveis e inovações necessárias.

Sobre os dilemas em torno dos modelos de produção e consumo, defende que não é correto dizer que “os outros povos, como os chineses, não devem ter direito de consumir no mesmo padrão que os americanos têm.” Na verdade, o que estaria errado é manter o atual padrão tecnológico poluidor. Ainda que não haja certeza sobre o potencial da ciência resolver os problemas, não se pode inverter o raciocínio e dificultar o surgimento de importantes inovações tecnológicas.

5.3 Painel Multisetorial: Apresentações sobre o estado da arte e da prática de quatro setores para o desenvolvimento sustentável

Setor Governo

Hélio Neves – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo

Hélio destacou o fato de que o governo não é um espaço homogêneo de exercício de poder e normalmente reflete as diversidades da sociedade que representa. Fez um breve histórico do estabelecimento de políticas ambientais no estado de São Paulo, lembrando a importância do Código Florestal, de 1965. entre outros elementos, também ressaltou a importância para a conscientização de políticos e da população em geral de processos como a migração e ocupação de áreas de alta sensibilidade ecológica na região metropolitana da cidade, as questões de planejamento urbano e suas implicações sobre o meio ambiente no médio e longo prazo, o processo de favelização, etc. Todos estes elementos que hoje estão consolidados na metrópole tiveram sua origem em concepções e políticas públicas assumidas pelo estado e por outros atores em um dado momento.

A CETESB foi criada por causa da emissão de poluentes, mas atualmente a Secretaria Estadual e Municipal de meio ambiente têm uma pauta de política ambiental muito mais ampla. Uma destas pautas é a descentralização da gestão ambiental, um movimento iniciado na década de 1980 com a Constituição 1988.

No Meio ambiente a responsabilidade federal, estadual e municipal ainda é um processo frágil e lento. Dos cerca de 5 mil municípios do Brasil, apenas 1000 têm secretarias municipais de meio ambiente. Ainda há controvérsias importantes sobre as responsabilidades de diferentes esferas da administração pública sobre o licenciamento de alguns tipos de atividades. Menos de 20% dos municípios contam com estrutura para cuidar de questões ambientais.

Falou da relevância do papel que pode assumir a agenda ambiental do governo caso opte por influenciar outros setores do governo a consumir sustentavelmente, adotando práticas de “compras públicas sustentáveis”.

Uma das principais dificuldades é a fragmentação do poder público, com cada um atuando sobre uma lógica, e ainda sem capacidade de intervenção face à dimensão de alguns problemas. O modo como o poder público lida com a questão ambiental tem ligação como a sociedade enxerga esta questão. E por isso é importante que a população pressione e cobre o poder executivo.

Setor Empresarial

Eugênio Singer – ERM Consultoria

As empresas, em geral, têm suas limitações para poder implementar efetivas políticas institucionais e estratégias de sustentabilidade. O setor não é único e indissociável. Antes de outras coisas, somos cidadãos e o desafio é educar para a cidadania.

Para Eugênio, há um tripé de elementos necessários para o desenvolvimento sustentável baseado em: 1) Dinamismo econômico; 2) Acesso e 3) “Neurônio” (educação). Neste contexto, as empresas podem assumir papéis fundamentais nos três aspectos citados, inclusive na promoção da governança (acesso) para que todos tenham condições de participar nas decisões de desenvolvimento do país.

Ainda que muitas empresas venham fortalecendo áreas de responsabilidade ambiental e social, às vezes por pioneirismo, às vezes por pressão do mercado, ainda permanece o desafio da conformidade (com a legislação). Por outro lado, é significativo o desenvolvimento de indicadores de performance.

Não é o governo que vai resolver a questão de sustentabilidade. Precisamos pensar em agregar valor, com o grande desafio para todos de “abrir mão do poder”. O problema é que talvez o Brasil esteja no movimento contrário.

As empresas devem deixar de ser atores principais do processo e compartilhar com a sociedade este papel, sendo mais coadjuvantes. Promover o acesso (a serviços públicos, empregos, qualidade de vida, etc.) com inteligência, com permanência. Ensinar para a vida e a cidadania. E as parcerias com as empresas têm um papel fundamental para isso. Mudar a partir do local.

O desenvolvimento vem através da questão informal territorial, do suporte ao pequeno empreendedor para mudanças, para passar a novos estágios de desenvolvimento. Eliminar a desigualdade social, e relação com corrupção. Papel da iniciativa privada fundamental neste processo. Desenvolvimento também da comunidade ao seu redor.

Em relação a oportunidades, é importante elaborar estratégias e escolher uma opção, uma prioridade. Os esforços devem ser centrados em apenas uma questão, que poderia ser a promoção da sustentabilidade empresarial, impulsionada pelo novo mercado. Além disso, oportunidades de parceria do governo com instituições privadas: como por exemplo na questão de saneamento.

Promover instrumentos para que os rendimentos das empresas sejam redirecionados aos alicerces do desenvolvimento sustentável. Um exemplo em contrário é a questão da corrupção, em que não temos um sistema que favoreça as empresas que são corretas.

Cabe a todos tentar travar um pacto para traçar qual a nossa prioridade, com os recursos que temos para os próximos anos. Com respeito à nossa diversidade, combate a corrupção, com o

investimento em educação com inteligência e permanência, nos levará a um caminho diferente nos próximos quatro anos.

Setor Mídia

Carlos Tautz - IBASE

O setor da mídia é prioritário para garantir a sustentabilidade. Caracteriza-se por ser um bloco de interesses, principalmente de capital privado, com algumas convergências de interesses no curto prazo e muitas convergências de prioridades estratégicas no longo prazo.

É um setor com pauta própria, dinâmica própria, discurso próprio. É um bloco histórico de poder, clássico, com uma agenda própria. Porém, o modelo de financiamento deste bloco não é sustentável, já que a fonte de receitas vem da venda direta de publicações e publicidade, tradicionais e lícitas.

Empresa de telecomunicação muito são de muito maior a escala do que as tradicionais de comunicação. É um sistema que apresenta crise intensa (atrelada à crise do dólar). Mantém-se com recursos *“pouco republicanos”*. Grandes grupos de mídia vêm perdendo audiência, circulação, e renda.

À insustentabilidade econômico-financeira soma-se a insustentabilidade editorial, que se manifesta na fragmentação, na falta de incorporação de processos nas coberturas (exemplo dos transgênicos), bem como na dependência de interesses privados dos financiadores ou clientes corporativos. (citou exemplo da indústria de papel e celulose, construtoras e o BNDES, cujo orçamento é maior que o do Banco Mundial no Brasil).

Estas *“insustentabilidades”* impõem a este setor a necessidade de não *“bater de frente”* com outros interesses na sociedade. Para reagir a isso, é necessário conhecimento e compreensão geral do processo, capacidade de manejar esta informação, e querer *“comprar a briga”*.

A imprensa tem registrado questões ambientais, ora de maneira não crítica, ora passando a idéia de ambientalistas como *“malucos, irresponsáveis, que querem deter o progresso e tal”*. Apenas espaços periféricos abordam as questões de fundo.

“A imprensa atual, da forma como está organizada, do ponto de vista econômico financeiro e editorial, é insustentável. Os conglomerados de comunicação consolidados na história do capitalismo moderno são inviáveis, pois atendem uma parcela muito pequena da sociedade, compreendida pela classe média e da população de brancos”.

Algumas das alternativas possíveis dependem de decisão e coragem política e de compreensão histórica do que é necessário fazer. O estado tem papel central da viabilização da mídia e democratização do acesso à educação. Temos uma janela histórica para atuar: o Brasil é ao mesmo tempo poder concedente, regulador e ator econômico que consegue induzir. Os debates e encaminhamentos políticos sobre a TV de alta definição são um campo atual onde estas mudanças poderiam ser implantadas.

Atualmente, o acesso às tecnologias de produção de informação e o barateamento de equipamentos permite que mais pessoas e grupos sociais organizados tenham acesso. A internet não é a panacéia para a solução dos problemas de acesso à informação pois a internet de alta velocidade reproduz e intensifica os problemas de desigualdade de acesso da mídia tradicional.

Setor Sociedade Civil

Andrés Falconer – ABDL

Além de lembrar o pioneirismo dos movimentos ambientalistas, atualmente a sociedade civil, que é composta por todos, independentemente de seu “*vínculo empregatício*”, tem atualmente assumido diversos papéis de reconhecida importância para o desenvolvimento: além de monitoração e fiscalização, a mobilização, educação, etc.

O termo atual “sociedade civil organizada” é fortemente associado ao conjunto das ONG’s (o que é um pouco limitado). Antes este termo provocava estranhamento. Hoje é mais usado e está sendo re-significado, sendo que somos todos atores dessa mudança.

As Fundações foram os primeiros a usar o termo, fazendo parecer que era coisa de empresário. As entidades filantrópicas causaram repulsão de quem não concordava com esta atuação (assistencialista). Os Sindicatos e Partidos também se opunham como se fosse uma ação neoliberal para desmobilizar e “*despolitizar*” um discurso social forte com utopias de concepção de sociedade.

Certos movimentos não se encaixavam, entre eles o ambiental, que tem sido relativamente fraco em comparação a outros movimentos quanto a conseguir penetrar e interferir em políticas públicas. (comparando a saúde e educação, por exemplo). O movimento ambiental ficou estereotipado como movimento de elite.

Com a concepção de desenvolvimento sustentável, que transcende barreiras, os ambientalistas acabam se distinguindo da “*sociedade civil*”, muito ligada ao social, movimentos de direitos. Parece que não havia, naquele momento, muito diálogo entre estas vertentes.

Há uma divisão dramática entre questões sociais e ambientais. O termo “*socioambiental*”, que é meio intraduzível e reflete um movimento de potencial transformação, está atualmente na publicidade de empresas e ONGs e até no discurso do governo. As pessoas se identificam com o que está por trás do termo, mas ainda há uma divisão grande entre as bandeiras ambientais e sociais. O termo parece ainda muito associado a populações indígenas e tradicionais (como os quilombolas ou índios) mas não se aplicaria por enquanto a questões urbanas, por exemplo.

Papeis da sociedade civil em relação ao desenvolvimento sustentável:

1. Questão da diversidade. Capacidade de articulação em rede, muito apoiado hoje em tecnologias de informação.
2. Semente de inovação e vanguarda
3. Pragmatismo – mão na massa, setor que saiu da reivindicação

Há, porém, algumas **limitações**:

1. A diversidade levou também à fragmentação em guetos.
2. A premência de alguns grupos ou processos na busca de um discurso único e da hegemonia, o que pode negar a diversidade.
3. Financiamento – relação nem sempre clara ou transparente com o dinheiro. Em parte isto levou à CPI das ONG’s. A discussão é a terceirização das políticas públicas, corrupção ou as próprias ONG’s?
4. Estamos na periferia dos espaços de articulação política. As decisões mais relevantes não se dão nos espaços que temos articulação.

5. Ambiente hostil às ONG's. Como esta a nossa própria capacidade de prestarmos contas e mostrarmos o que estamos fazendo. Onde está a nossa *Accountability*?
6. Distanciamento das ONG's em relação à sociedade e à cidadania. Enfraquece a legitimidade enquanto setor.
7. Fragilidade Institucional (financeira)
8. Os poucos resultados obtidos na questão da transversalidade da sustentabilidade na sociedade.

Por outro lado, o contexto internacional é bastante favorável para que a abordagem que do desenvolvimento sustentável seja colocada na ordem do dia. Agora é o momento de despertar da sociedade civil! O contexto internacional está dizendo isso ao Brasil e deverão surgir diversas oportunidades para que essa bandeira seja levantada com mais propriedade.

6. SEGUNDO DIA

6.1 Apresentação de caso: Movimento Nacional de Catadores e Materiais Recicláveis. Bertrand de Alencar.

Caso apresentado por Bertrand Sampaio de Alencar, coordenador de Resíduos Sólidos da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza e apoio técnico da Comissão Nacional do MNCR – Movimento Nacional de Catadores e Materiais Recicláveis.

A apresentação teve como objetivo discutir e problematizar os aspectos históricos e sociais que levaram à formação MNCR, assim como compartilhar com os participantes as dificuldades e perspectivas atuais do movimento que envolve questões tanto da esfera política e econômica, quanto ambiental e social.

A origem dos catadores está em um processo com diversos matizes: de um lado, a intensificação da produção de mercadorias, e conseqüente aumento de resíduos sólidos, e do outro, processos migratórios em direção aos grandes centros urbanos e segregação de grande parte desta população levou, a atividade de catação a ser *“uma prática do cotidiano pela sobrevivência que o modelo econômico adotado no Brasil não possibilitou à maioria das pessoas”*.

Bertrand mostrou como o trabalho isolado, individualista e precário destes trabalhadores não tem possibilitado gerar ganhos suficientes a uma vida mais digna, pois além de comporem a base da cadeia de produção (seguidos por inúmeros atravessadores e pela indústria de reciclagem), sendo mal remunerados, há diversos problemas sociais como violência sexual e acidentes.

A perspectiva dos últimos 15 anos tem sido o de qualificar a atividade envolvendo aqueles que hoje já atuam, desde catadores até as indústrias de reciclagem, considerando o panorama de uma demanda que não é atendida. Em 1992 ocorreu o 1º Encontro de Organizações Populares de Catadores de Papel e Materiais Re-adequáveis, um grande marco para a intensificação da organização dos catadores em cooperativas e associações (78% das entidades hoje existentes surgiram após o 1º Encontro). Em junho de 2001, o MNCMR nasceu durante o Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. De lá para cá, têm sido realizados inúmeros encontros nacionais e estaduais, inclusive eventos latino-americanos.

Em 2003, com apoios de AVINA, governo federal, BNDES e Fundação Banco do Brasil, inicia-se a consolidação deste movimento e o desenvolvimento do Programa Nacional do MNCR, que acabou sendo implementado em 2005. Dentre as dificuldades apresentadas, a principal questão se refere ao custo de implantação de um posto de trabalho numa cooperativa ou associação.

A tendência atual, e que o MNCR está investindo com a contribuição de AVINA, FROMPET, CIV, ASPAN e PANGEA, são *“as parcerias empresariais para o fortalecimento de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis no nordeste do Brasil”*.

Por fim, apresentou uma série de ações necessárias:

1. Fortalecer o processo de organização dos catadores (grupo, associação, cooperativa, etc.);
2. Consolidar o MNCR, ampliando a articulação estadual e nacional;
3. Ampliar a participação nos Fóruns Nacional/Estadual/Municipal “Lixo e Cidadania”
4. Estimular a capacitação dos catadores sem organização;
5. Sensibilizar políticos (sobretudo prefeitos);

6. Ampliar a luta por políticas públicas para os catadores;
7. Lutar por infra-estrutura (galpão, carroças, balança, prensa, etc.) para realização da coleta seletiva por catadores organizados;
8. Pressionar o poder legislativo para fazer leis a favor dos catadores
9. Solução está na origem e não no destino final
10. Ampliar participação na cadeia produtiva da reciclagem
11. Catadores comercializam com o grande capital (empresas de reciclagem) e precisam entender melhor esta relação;
12. Criar alternativas de trabalho e renda (prestar serviços de limpeza urbana, arte com lixo, eco-design, etc.);
13. MNCR não deve se verticalizar, mas estar articulado em rede com a base (matriz);
14. Precisamos ter uma perspectiva de resolver o problema, com estratégias e metas bem definidas para incluir **TODOS OS CATADORES DO BRASIL**, priorizando os que atuam em lixões;
15. Enfrentar a concorrência de empresas privadas de reciclagem.

6.2 Grupos de trabalho setorial: construção de visões setoriais.

Esta atividade teve como objetivo aprimorar uma visão sobre a responsabilidade de cada setor sobre o desenvolvimento sustentável. Foram quatro grupos divididos segundo seus setores e cujos debates foram orientados pelas seguintes questões:

1. Quais as principais **contribuições positivas** do setor para o desenvolvimento sustentável?
2. Quais as principais **contribuições negativas** do setor para o desenvolvimento sustentável?
3. Quais as **tendências** neste setor quanto ao desenvolvimento sustentável? (positivas ou negativas – ou seja, para onde está indo, como está se encaminhando?)
4. Quais as **vanguardas** no setor? Quem são? O que as caracteriza?
5. Onde estão as **oportunidades** para que o setor se faça mais responsável pelo DS? (sugestões, idéias, pontos de alavancagem, etc.)

Comentários e contribuições dos participantes nos momentos de debates foram também incorporados aos conjuntos de características levantadas pelos grupos.

Grupo Mídia

O grupo referiu-se ao seu trabalho não apenas voltado para a mídia, e sim para o setor de comunicações como um todo, já que vários participantes trabalhavam com comunicação e não só com mídia.

Contribuições positivas

- Exposição do tema, de forma positiva e negativa, junto à população
- Criação de um senso de urgência
- Identificação e divulgação dos responsáveis e culpados por danos ambientais
- Impulsão do aumento da quantidade de profissionais de mídia interessados e especializados na questão ambiental
- Promoção do engajamento de diversos profissionais de educação na temática do desenvolvimento sustentável e questão ambiental, em geral

Negativos

- Exposição estereotipada da questão do desenvolvimento sustentável como um todo
- Promoção de alarmismo de modo desnecessário
- Abordagem superficial das questões ambientais, sem investigação das dinâmicas subjacentes.
- Visão reducionista, sem trazer soluções
- Reforço da idéia de que preservação e desenvolvimento são coisas opostas.
- Foco nos grandes atores sociais, tanto no sentido de divulgação de boas como más práticas ambientais.

Tendência

- Comunicação das empresas tem começado a pautar os negócios sustentáveis
- Aprofundamento de um desenvolvimento muito acelerado das telecomunicações em geral
- Aumento do acesso a diferentes formas de telecomunicações no país, mas a perspectiva sobre a sustentabilidade desse processo não está definida.
- Falência do poder de negócios da mídia tradicional – acaba tendo uma série de desdobramentos, como um potencial concentração no setor.
- *Merchandising* social – existe uma abertura cada vez maior (até em novelas na TV), muito focada nas questões sociais e pouco nas ambientais, o que representa uma oportunidade.
- Segmentação, com cada vez mais cadernos específicos que tratem da questão ambiental
- Movimento de responsabilidade social empresarial, com aspectos sociais e ambientais.

Vanguardas

- Internet – por mais que ainda seja elitizada, tem aberto espaço à mídias alternativas e à divulgação de informações que não chegam pelos grandes meios.
- Movimentos populares vêm fazendo uso dessas novas mídias alternativas - como as rádios comunitárias.
- Sensibilização de alguns formadores de opinião na mídia para a questão do desenvolvimento sustentável, questões ambientais.
- Surgimento de redes de comunicação (ex: REBIA – Rede Brasileira de Informação Ambiental), e outras que acabam tendo o poder de redes de comunicação (como a REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental).
- Trabalho de *advocacy* de grandes ONGs internacionais que conseguem chamar a atenção da mídia.
- Sobre consumo consciente, saber o que o governo está comprando.
- Composição de outros setores com a mídia. Isto no programa de educação ambiental do governo federal já é uma linha de atuação.

Oportunidades

- Movimento de inclusão digital, tendo a internet para aumentar as oportunidades de comunicação e fluxos
- Barateamento dos equipamentos de produção - com pequeno investimento uma comunidade pode ter acesso a meios de telecomunicações. Campo para iniciativas de arte comunitária e educomunicação.
- Padrão de TV Digital – tendo em conta os interesses dos grandes grupos de comunicação, mas pode ter brecha para grupos hoje excluídos. A solução para mudar a programação seria criticar os anunciantes.
- Encontrar maneiras de aproveitar de *merchandising* comercial
- Hoje há muito bons casos de negócios sustentáveis. Hoje temos muitos exemplos positivos. Um volume muito maior de casos de sucesso.
- Transparência. Utilizar a mídia para transparência das políticas públicas.
- Universalização do acesso: educação ao usuário torna-se política pública. Pretensão ou meta para a universalização, mas para alcance a muito longo prazo.

Grupo Empresarial

Contribuições positivas

- O setor empresarial ainda não tem uma contribuição como setor para o DS. Temos apenas segmentos, nichos, algumas empresas atuando para a sustentabilidade.
- Nova perspectiva para o negócio, pensando-o a partir do desenvolvimento social para então pensar no desenvolvimento estratégico do negócio
- Pensamento sistêmico, lógica de pensamento trazida pelo desenvolvimento sustentável
- Empresas-modelo, difundindo novas racionalidades
- Empresas-modelo em relação ao investimento para alavancagem da sustentabilidade em termos de esforço, desejo, tempo, investimento e recursos humanos

Contribuições negativas

- Superficialidade no tratamento midiático de certas questões fragiliza a própria difusão do conceito de desenvolvimento sustentável
- A pressão provocada pelas metas de acionistas cada vez maiores se contrapõe a repensar os negócios
- Distância entre o discurso e a prática. Através da publicidade, empresas são apresentadas com boas práticas socioambientais nem sempre condizentes com a realidade.
- Entendimento superficial de conceitos como 'Desenvolvimento Sustentável' e 'Responsabilidade Social Empresarial'
- Desqualificação de críticas e argumentos de outros setores e interlocutores
- Setor impulsiona modelos e atividades econômicas insustentáveis no sentido macro

Tendências

- Consumidores e comunidade em geral aumentarem a pressão sobre as empresas para a adoção de uma postura mais integrada e coerente
- Disseminação de conceitos e práticas para a cadeia interna das empresas (fornecedores e intermediários)
- Tornar-se referencial de mercado e modelo para outras empresas que ainda não aderiram às práticas sustentáveis
- Necessidade de inovação de processos e produtos em todos os sentidos

Vanguarda

- É possível pensar em produtos e processos dentro das empresas que caminham para o Desenvolvimento Sustentável. Porém, pensar em empresas cujas estratégias organizacionais como um todo ou setores empresariais que possam ser chamados de vanguardas foi algo que não se definiu no grupo. Os exemplos tradicionalmente conhecidos de empresas cuja imagem está associada à sustentabilidade não foram considerados vanguardas em termos organizacionais.

Oportunidades

- Aumento da vigília da cobrança por parte da sociedade civil, inclusive devido à exposição midiática
- Crescimento de oportunidades de trabalho e geração de renda em função da tendência à inovação tecnológica e de produtos.
- Interação (articulação e parceria) entre os setores produtivos para gerar sinergia de processos, minimização de resíduos e potencializar difusão
- Interlocução com o Estado mais freqüente, no sentido de fortalecer políticas públicas
- Empresas co-responsáveis do desenvolvimento regional frente às comunidades. Produção de maneira sustentável.
- Crescimento da economia solidária e incentivo ao trabalho coletivo nas associações e cooperativas.
- Certificação das empresas corretas

- Oferecer aos outros setores, como o governamental e as ONGs, o aprendizado das últimas décadas em sistemas, práticas e processos de gestão. Seria um processo de re-aproximação entre os setores.
- É necessário que a sociedade busque o desenvolvimento que quer, pois já existe tecnologia o suficiente para minimizar certos danos ambientais que possam ser provocados. Os empresários têm se aprofundado na questão de risco e do conceito integrado, por exemplo. Porém, os gestores ambientais ainda “não têm essa capacidade de pensar”.

Grupo Sociedade Civil

Contribuições positivas

- Capilaridade e trânsito entre setores que os outros setores não conseguem, por exemplo, os trabalhos junto a cooperativas.
- Trabalhos em rede vêm se intensificando
- Inovação. As ONGs possuem maior abertura para experimentar quando compradas às empresas e ao governo
- Celeiro de lideranças. As ONGs em muitos casos têm como objetivo empoderar seu público alvo e trabalhar com projetos de formação e promoção de engajamento mais ativo
- Ativismo
- Capacidade de mobilização, trabalhando diretamente com a população
- Vanguarda intelectual, principalmente dentro do setor ambientalista
- Eficiência e baixo custo dos serviços

Contribuições negativas – entendidas por este grupo como “dificuldades”

- Voluntarismo irresponsável ao não refletir sobre o impacto social dos projetos. É preciso atenção às expectativas de todos os envolvidos
- Insustentabilidade financeira de projetos
- Práticas de gestão incompatível com discurso, incoerência
- Compromissos assumidos com comunidade e recursos esgotados
- Competição entre organizações por recurso, potencializada quando não são estabelecidas parcerias
- Patrulhamento ideológico dentro do setor sociedade civil
- Prestação de contas por não ter uma postura plena. IBASE desenvolveu vários indicadores de prestação de conta e accountability que não são utilizados.
- Resistência ao diálogo. Geração de conflitos junto a ONGs que se propõem ao diálogo com setores empresariais e governamentais. Isso está associado à origem de algumas ONGs que não incorporaram os conceitos de participação, diálogo e parcerias, conceitos que são parte da própria construção da noção de desenvolvimento sustentável.
- Ineficiência no uso de recursos. Muitas vezes os trabalhos são baseados em voluntários e doação de tempo de profissionais qualificados. Porém, houve divergências em relação a este ponto, mostrando que a capacitação das ONGs para gestão social não é tão parecida com a gestão empresarial, os objetivos e contextos de atuação são muito distintos. A parceria possível entre estes setores envolveria a complementação de capacidades e não poderia estar baseada na posição de que um é eficiente e ou outro não.

Tendências

- Novas formas de representatividade e questionamentos a estes modelos. Não é a legitimidade formal. O terceiro setor acaba trazendo um novo modelo de representação e identidade. ONGs tentam abarcar diversidade. Têm legitimidade de atuação no meio político, social.

- Aumento da dificuldade da escolha entre “viver de projetos” e reforçar a missão institucional, já que a sobrevivência financeira está muito associada a projetos.
- Diminuição de equipes por dificuldade financeira e aumento de qualificação e desempenho

Vanguarda

- Centrado no movimento ambientalista pela formação do grupo
- O próprio movimento foi vanguarda em diversos conceitos do DS. Por exemplo: WWF – conservação, ISA e ISER – consolidação do termo “socioambiental”
- Volatilidade – em um momento você é quem carrega um bandeira. Depois outra agrega. Tem uma dinâmica.

Oportunidades

- Abertura para o capital privado. Possibilidade crescente de trabalho conjunto.
- Sair dos projetos pontuais para o trabalho em rede.
- Mercado Ético – há alguns anos havia resistência pois o mercado estava aliado à dinâmica capitalista. Só que este entendimento mudou ao se consolidarem mercados alternativos, da economia solidária, os produtos certificados, que vêm das florestas, produzidos de modo socialmente justo. Há importantes nichos internacionais. O capitalismo ético! Ao contrário de uma parte do movimento social que acha que o capitalismo é intrinsecamente mau, contraditório com a idéia de sustentabilidade, há uma outra parte que acha que ele pode ser reformado e orientado para a sustentabilidade.
- Integração de áreas e setores diferentes – oportunidade de juntar estas frentes de trabalho. Conselho Nacional de Florestas, FASE, GTA. E setores diferentes, como o privado, com o qual a sociedade civil vem tentando se aproximar.
- Ampliar a consciência ambiental. A questão ambiental é multidisciplinar. Tudo a gente pode achar que é uma questão ambiental. Perpassa. Dentro do terceiro setor, seria elevar a consciência sem querer ditar a questão ambiental e lembrar que todos são responsáveis pelo socioambientalismo.
- A criação de OSCIPs viabiliza o diálogo e parcerias entre as ONGs e o Estado.

Grupo Governo

Contribuições positivas

- Criação de sistemas que garantem a representatividade, representação social, como o sistema de gestão de recursos hídricos, o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), que já existem e precisam ser aprimorados, permitem grande interlocução sobre desenvolvimento sustentável.
- Experiências de ICMS ecológico, começam a gerar recursos para a prática de desenvolvimento sustentável
- Governos começam a criar conceitos, teoria, formas quadros e analisar cientificamente políticas públicas.
- Através de suas instituições e fundações e parcerias com instituições públicas e privadas

Contribuições negativas

- DS como gueto no governo. Discussão de DS não é algo que perpassa as áreas do governo, fica na área de preocupação ambiental.
- Prevalência do discurso econômico, não incorporando, por vezes, algumas exigências ambientais.

Tendências

- Fortalecer e facilitar a gestão participativa no governo. Estão se abrindo e criando estrutura para esta gestão.
- Há uma tendência para que o DS seja uma transversalidade. Há acúmulo teórico.
- Migrar os instrumentos de comando e controle para o uso de outros instrumentos econômicos que possam beneficiar a sociedade.
- Subordinação ao poder econômico

Vanguarda – grupo trabalhou com idéias gerais e não exemplos, pois poderiam cometer erros.

- Uso de bacia hidrográfica, trabalhando com o conceito de sustentabilidade, para ao planejamento e estratégias de governo.
- Formação de redes de gestores públicos, estaduais e municipais, que permitem a troca de experiência e formação de espaços de expressão para políticas públicas
- Uso de instrumentos econômicos para cumprir as normas ambientais, deixando de usar exclusivamente instrumentos de comando e controle.
- Criação de instrumentos e mecanismos de compensação por serviços ambientais, principalmente direcionados a comunidades tradicionais e populações desfavorecidas.

Oportunidades

- Discussão de DS ocupar os espaços de decisão relacionados ao poder econômico, como a infra-estrutura, planejamento. Questões ambientais não podem ser discutidas apenas durante o licenciamento.
- Municípios estão sendo empoderados, nova oportunidade para a sustentabilidade.
- Tendência da descentralização pública, e que esbarra em questões sérias e constitucionais, inclusive.
- Política de habitação e saneamento, no sentido da sustentabilidade como um todo.
- Imposto de Renda ecológico.
- Ampliação do público para discussão de alguns temas. Por exemplo, envolver comunidades como o MTST para que entendam que a reivindicação de moradia envolve sustentabilidade. O DS tem que sair do gueto na sociedade também.
- Fomentar parcerias construtivas e democráticas entre governo, sociedade civil e setor produtivo, incluindo o controle social e a transparência.

6.3 Feira de idéias: dinâmica de grupo interativa

Esta dinâmica foi realizada dividindo aleatoriamente os participantes em quatro grupos. Cada um dos grupos inicia a atividade em uma das quatro bases referentes a cada um dos quatro enfoques. O objetivo foi propiciar diálogo inter-setorial e identificar potenciais espaços de avanço, tendo como mote as seguintes questões:

1. Quais os principais pontos de convergência entre os grupos?
2. Quais nós, pontos cegos, divergências de perspectiva?
3. Que oportunidades de ação estas apresentações inspiram?
4. De que maneira o diálogo pode inspirar a prática?

Grupo “Convergências”

- Vontade e reconhecimento da importância do estabelecimento de parcerias multissetoriais, bem como percepção das dificuldades comuns e sua importância. Na área de

governabilidade, isso se traduziria por uma condição necessária, mas também se ressalta a importância da ação baseada em reflexões sobre a experiência prática.

- Senso de responsabilização pelo DS
- Reconhecimento de barreiras mútuas para o diálogo Intra e Inter setorial (uma pessoa vê a mídia fora deste grupo)
- Facilidade de perceber oportunidades, principalmente baseadas nas listas de tendências
- Dificuldade de perceber vanguardas (ainda que isso não tenha sido consenso e a mídia tenha sido novamente excluída). Foram associadas hipóteses ligadas à cultura de não valorização do nacional e também a falta de informação e conhecimento sobre vanguardas consolidadas.
- Setores buscam parcerias para cumprir com seus objetivos. Este elemento deve ser visto de maneira positiva e não confundido com a chamada “Lei de Gerson”. Em geral, os setores enfrentam barreiras de outros setores quando este assunto está em pauta.
- Reconhecimento de fraquezas e aspectos positivos.
- Percebe-se a existência de um “Quadrilátero Desamoroso” (sendo a mídia um elemento flutuante).
- Questão mercadológica: todos os setores operam em ambiente de competitividade “interna”.
- Percepção de que os marcos legais e arcabouços regulatórios ainda são insuficientes e foram citadas possibilidades de influenciá-los.

Grupo “Diálogo inspirando a prática”

- Metodologia de diálogo / trabalho
- Geração de conhecimento
- Identificação de convergências para construção de uma agenda comum.
- Confrontar / acolher as divergências para construir conhecimento
- Honestidade do debate
- Conhecer os valores do “outro”
- Considerar as diferenças de temporalidade em cada setor / segmento
- Adequar linguagem ao público abordado
- Respeitar o desejo da comunidade
- Abertura ao intercâmbio de técnicas e métodos
- Dar clareza e transparência aos objetivos de cada setor
- Monitorar e avaliar os resultados do diálogo
- Esforço para realizar a síntese da complexidade permitindo o entendimento do problema
- Respeitar e considerar a cultura dos interlocutores
- Instituir cultura do diálogo
- Ter diagnóstico do tema a ser discutido
- Criar um campo propício para relações inter-pessoais
- Inspirar os envolvidos para o comprometimento pessoal
- Definição dos temas e objetivos do diálogo
- Definir quem “banca” o diálogo
- Canais de diálogo (*emails*, telefone, etc.)
- Criar mecanismos de retro-alimentação
- Pactuar com ativos presentes ao diálogo
- Considerar a possibilidade do diálogo pelo diálogo como processo educativo inter-setorial
- Ter a sistematização do processo do diálogo
- Difundir o método do diálogo para outros atores (ex: legislativo federal)

Grupo “Divergências”

- Tendemos a dialogar com o estereótipo e não com o setor e sua lógica

- Há ONGs que prestaram um desserviço ao desenvolvimento sustentável (mesmo que sem dolo)
- Não há clareza sobre o conjunto de nossas divergências
- Aplica-se aos três setores
- Divergências quanto a conceitos como desenvolvimento sustentável, responsabilidade social empresarial, parcerias, etc.
- As empresas confundem desenvolvimento sustentável com responsabilidade social empresarial
- Dificuldade de entendimento dos conceitos de representação e representatividade
- Reforço à importância de uma melhor definição de eficiência / eficácia
- Entendimento do espaço público. Os diferentes setores podem entrar nesse espaço legitimamente, cada qual com seus limites e potencialidades.
- As divergências não são apenas conceituais. Os setores têm “natureza” diversa
- Melhor um socialismo romântico e ecológico do que um capitalismo reformado
- O capitalismo é inviável
- Desenvolvimento sustentável não é só ambiental/natural. Não foram consideradas suas diversas dimensões.
- Empresas podem ter práticas de RSE, mas ser socialmente responsável é uma utopia.
- O DS é alcançável?
- Falta a construção de indicadores (adequados à realidade local) para balizar o diálogo.
- Falta prática do DS no cotidiano das pessoas

Grupo “Oportunidades”

- Parcerias entre governo – terceiro setor – empresas para elaboração de projetos e execução (PPP)
- Implantação de novos negócios / serviços
- Educação ambiental (DS) de dirigentes públicos (altos escalões) e tomadores de decisão dos setores privado e mídia.
- Diálogos entre setores e atores locais
- Commodities ambientais / negócios verdes (ex: bioenergia renovável)
- Governo fomentar negócios sustentáveis
- Remunerar serviços ambientais
- Oportunidade de geração de eixos que promovam geração de emprego e renda de forma sustentável
- Fortalecer, difundir e equacionar o conhecimento dos processos produtivos e aprofundar conhecimentos sobre geração de energia, bem como sobre a gestão urbana em uma grande metrópole.
- Novas oportunidades / capacidade de investimentos
- Novos instrumentos de gestão
- Integração entre diversos setores para viabilizar políticas públicas
- Controle social (3º setor e setor privado) tendo o governo como objeto
- Controle social sobre o setor privado
- Apoio ao IR e ao ICMS ecológico
- Campanha publicitária educativa ampla sobre DS, decodificando seus conceitos e difundindo-os com pesquisa e compilação (iniciar pelos resíduos sólidos).
- Os biocombustíveis são sustentáveis?
- Promover mídia training para quem é fonte no DS
- Campanha 4R (reduzir, reutilizar, repensar, reciclar)
- Articulação com escolas de administração para um programa de gestão com foco em DS, transcendendo as barreiras setoriais.
- Preservar o patrimônio ambiental brasileiro
- Priorizar (universalizar) o atendimento e o acesso aos serviços públicos: educação, saúde, saneamento, segurança pública.

- Conservação (plano de manejo ambiental) principalmente de biomas ameaçados, o que é possível.

7. TERCEIRO DIA

7.1 Entrevista: Caso da Companhia Vale do Rio Doce. Olinta Cardoso – Fundação CVRD e Valdemar de Oliveira Neto (Maneto) – AVINA

“Estabelecer diálogo em um país como o Brasil é um desafio o tempo todo”. A frase de Olinta Cardoso, diretora superintendente da Fundação Vale do Rio Doce e também da área de comunicação da empresa, resume o espírito que motivou a criação do programa Diálogos Sustentáveis. Olinta Cardoso apresentou o “caso Vale do Rio Doce” em entrevista a Valdemar de Oliveira Neto, o Maneto, da Fundação AVINA.

“Reconhecemos que temos os nossos passivos e o fato de reconhecê-los nos permite acreditar na nossa capacidade de fazer uma gestão mais forte, diferente e voltada à sustentabilidade”, disse Olinta no começo de sua fala. A atividade mineradora, segundo ela, é alvo de preconceito e por isso a Companhia tem sempre o desafio de estar revendo as próprias práticas, buscando desenvolver melhor suas atividades e trabalhar com maior compromisso em todos os seus relacionamentos.

Após reconhecer os passivos da atividade mineradora, tanto na questão ambiental quanto na social, Olinta apresentou as ações da Companhia, numa aliança entre comunicação interna e externa, a Fundação e as diretorias operacionais, para dirimir esses passivos e conferir autonomia às comunidades que vivem próximas às áreas de exploração. Olinta enfatizou a necessidade dessas comunidades em encontrar soluções de sobrevivência para quando a empresa não mais operar naquela determinada localidade.

“Com uma equipe, trabalho com processos de comunicação interna e externa; e, com outra equipe, desenvolvemos o trabalho na Fundação. Desenhamos um modelo que integra as duas áreas com o objetivo final voltado para a comunidade. Porém, essas duas áreas, comunicação e fundação, ajudando as áreas operacionais que convivem com impacto social dos empreendimentos. Então, os diálogos passam a ser tratados em conjunto com as áreas operacionais na aplicação das questões sociais”, afirmou.

Diálogo. O desafio de criar espaços de diálogo no Brasil é enfrentado pela Companhia, em sua busca por equilibrar a atividade econômica às questões sociais e ambientais. Olinta acredita que a complexidade do cenário brasileiro é um dos motivos desse desafio. Para ela, é preciso entender e tratar as diferenças entre os diversos interlocutores, pois o diálogo não é entre duas partes. Ele envolve o desafio de trazer, a todo momento, um novo olhar.

Para exemplificar sua fala, Olinta cita o colombiano Bernardo Toro, filósofo, educador e ativista do desenvolvimento sustentável, que diz que ter responsabilidade social é “entender e compartilhar a vida das pessoas e sua história”.

Outro desafio trazido por Olinta é “processo de amadurecimento do gestor público”. Para ela, os prefeitos e vereadores precisam se conscientizar das prioridades de uso dos recursos públicos e de como podem ser feitas parcerias com a Companhia em direção à criação e aplicação de políticas públicas.

Ao finalizar sua fala, Olinta afirmou ser preciso “sair da lógica do balcão para entrar numa lógica de desenvolvimento territorial”. Ela acredita ser necessária construção de processos de desenvolvimento sustentável envolvendo todos os setores interessados. Para ela, é preciso um “entendimento do território como um todo; entender que existe uma debilidade do setor público; uma precariedade das estruturas e uma vulnerabilidade da própria população para iniciar esse diálogo de desenvolvimento sustentável.”

Segundo Olinta, a Vale do Rio Doce tem promovido um processo de mobilização e desenvolvimento de lideranças locais. Como exemplo, citou o caso de uma comunidade do sudoeste paraense, onde, segundo ela, este processo resultou “num fórum de desenvolvimento para pensar todo o desenvolvimento local. Foi criada uma fundação, uma agência de desenvolvimento, com participação da sociedade civil, do poder público.” Ela reconhece ser “um processo de transformação nossa, da comunidade e do poder público, e isso leva tempo. Trata-se de um processo de desenvolvimento compartilhado”.

7.2 Agenda de Accountability: trabalho em grupos setoriais para debate e delimitação de agendas de avanço

Esta atividade buscou provocar nos participantes dos grupos uma reflexão sobre os papéis e responsabilidades (individuais e coletivas) do setor frente ao desenvolvimento sustentável. A idéia foi gerar um conjunto de agendas e perspectivas de caráter mais pragmático sobre a maneira que se possam realizar estas responsabilidades e compromissos.

Os trabalhos dos grupos foram orientados por duas questões:

1. Identificar as prioridades para aprimorar a implementação das responsabilidades compartilhadas para atingir o desenvolvimento sustentável
2. Quais são os espaços para promoção da *accountability*, de protagonismo e participação?

Grupo 1

Prioridades

1. Difusão da cultura da *accountability*:
2. Acesso a informações para trabalhar metodologias de trabalho, na perspectiva de trabalhos setoriais, para então difundir através da mídia
3. Abertura de contas públicas
4. Abertura de critério de concessões
5. Formação de competências para exercer a *accountability* (conselhos gestores, membros do legislativo e ministério público, etc.)
6. Promover uma agenda de *accountability* com o judiciário e mídia
7. Introduzir nos parâmetros curriculares os conteúdos relativos à *accountability*
8. Avaliação de experiências sobre gestão compartilhada dos diversos setores

Espaços

- Utilização dos espaços de encontro existentes (fóruns, redes, conselhos, ouvidores, procuradorias, câmaras setoriais)
- Controle interno do executivo
- Integração dos setores (fóruns e associações)

Grupo 2

Prioridades

1. Transparência
2. Legitimidade
3. Socialização da informação
4. Acesso à participação e aos espaços decisórios
5. Compatibilizar os “tempos diferentes” para as tomadas de decisões e disponibilidade das informações de cada setor
6. Alcançar indicadores de sustentabilidade, facilitando o diálogo
7. Dimensionar o que é importante
8. Coerência, autocrítica e reciprocidade
9. Descentralização dos espaços de accountability

Espaços

- Movimento da responsabilidade social-empresarial
- Conselhos tripartites
- Associações e organizações “de um modo geral”
- Setor educacional
- Instituições que capacitam gestores públicos
- Partidos políticos
- Ambiente de trabalho
- Instituições gestoras de fundos públicos (BNDES, Eletrobrás, Banco do Brasil)
- Orçamentos para-estatais

Grupo 3

Prioridades

1. Educação para a participação e promoção da cidadania
2. Fomento a maior controle social
3. Expansão do diálogo para além das organizações que já vêm participante de processos semelhantes a este
4. Mapeamento de público interessado no desenvolvimento sustentável. Busca por um alinhamento, direcionamento e priorização do foco de atuação
5. Definição clara sobre os papéis e *accountability* de cada setor, ressaltando pelo que os setores se responsabilizam (e são responsabilizáveis). “Responsabilidades comuns, porém diferenciadas”.

Outras prioridades citadas

6. Responsabilidade pressupõe compromisso e conhecimento – diálogo
7. Apropriação das causas pelo indivíduo
8. Aprimorar sentimento de pertencimento / participação
9. Re-integração ser humano e natureza
10. Melhorar infra-estrutura da participação
11. Visão sistêmica

12. Maior regulamentação
13. Redução de passivos
14. Ir além do ambiental
15. Buscar coerência entre discurso e prática na vida privada (accountability)
16. Conscientização no consumo
17. Predisposição ou abertura mínima ao diálogo

Espaços

- Desenvolvimento de tecnologias e produtos
- Cotidiano, espaço privado
- Espaços de interação entre diferentes setores da sociedade
- Espaços virtuais

7.3 Comentários sobre as apresentações dos grupos – Agenda de accountability

Alejandro Litovsky

Qual a relação entre responsabilidade e accountability? Para dar um exemplo da diferença, usou a situação de uma família, em que o pai é responsável pelos filhos, mas é *accountable* perante a esposa.

“Ser responsável por algo não quer dizer necessariamente que possa ser responsabilizado”. O exemplo, neste caso, é o processo de descentralização do poder para o nível municipal relatado sobre a Indonésia, que mesmo com maior participação da sociedade, não necessariamente resultou num melhor controle do orçamento ou dos gastos.

Destacou que o desenvolvimento sustentável depende não somente do diálogo entre os diversos setores, mas também do estabelecimento de novas formas de parcerias. Através da multissetorialidade, a questão da reciprocidade pode ser melhor operacionalizada. Fez uma provocação aos participantes para que pensem na forma dos espaços de tomada de decisão compartilhada juntamente com a natureza destas mesmas decisões.

Nos países que têm uma democracia mais consolidada, as instituições públicas não, necessariamente, estão preparadas para ser mais participativas. Esta é uma questão que envolve capacidades institucionais e também aspectos culturais.

Para Litovsky, os desafios são muito concretos, por exemplo os tempos institucionais, as diferenças culturais, o autoritarismo dos atores que têm poder para tomadas de decisão (ainda que haja boa intenção, etc.).

Por fim, indicou quatro pontos centrais para tratar da questão da reciprocidade:

1. É preciso desenvolver marcos que possam dar clareza sobre quais são os processos de decisões que podem ser compartilhados
2. É preciso ter clareza do papel e da responsabilidade dos diversos setores, sobre quais são os marcos concretos, os pontos de referência em termos de papéis e responsabilidades
3. Ter clareza dos compromissos de cada instituição explicitados em uma mesa comum, com definição dos marcos de referência desses compromissos em termos de seu trabalho cotidiano.

4. Aprimorar o entendimento em termos de *follow up*, de continuidade, avaliando se são de fato estes os papéis e compromissos. É necessário definir parâmetros para outras ONGs poderem fazer o trabalho de monitoramento e averiguar o cumprimento, com transparência e acesso à informação.

Thais Corral

Thais esboçou uma breve leitura dos estágios em que tanto a accountability quanto o diálogo se encontram:

1. Processos de pressão por transparência, no sentido dos fundos destinados a programas e aos projetos, para que sejam realmente usados para o que foram criados.
2. A partir da Rio92, as lideranças motivadas pela causa do desenvolvimento sustentável vêm experimentando a criação de espaços para compartilhar uma ação comum tendo em vistas o alcance de resultados concretos. Naquele momento, houve uma grande mobilização, porém foi um “diálogo de surdos” que não poderia trazer grandes resultados concretos. O caminho para alcançarmos maiores resultados encontra-se na prática do diálogo multissetorial (convívio, trabalhos e diálogos em si) que nos possibilitam compreender o outro e suas visões e linguagens diferenciadas.

Thais colocou, ainda, que considera que o processo de aprendermos a ouvir uns aos outros para chegarmos em ações reais esteja ocorrendo no mundo. Além dessa compreensão do diálogo como necessário ao processo, há disponibilidade de recursos técnicos, humanos e de capital.

O desafio encontra-se no aprendizado de como colaborar neste processo. Como entrar nas especificidades de cada setor e compreender o que é viável, sabendo que não podemos abraçar o mundo e da necessidade de termos algum foco.

Assim, fica a pergunta: “Qual seria a estratégia para vencer os obstáculos ao diálogo?”

8. ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1 Encerramento

Por fim, Andrés destacou a importância da ABDL ser responsável perante os participantes do Diálogos. A ABDL encontra-se no processo de formação de redes e identificação de pontos de alavancagem que resultem em ações concretas. No intuito de manter o diálogo aberto, a coordenação do projeto estará continuamente sistematizando os eventos e disponibilizando os recursos adequados à participação e envolvimento de qualquer interessado e parceiro.

Durante este evento pudemos identificar cinco pontos de destaque, sendo eles:

1. Necessidade da criação e do uso indicadores e marcos que possam dar mais foco à discussão de desenvolvimento sustentável. Accountability exige que tenhamos marcos mais claros daquilo que nos interessa a monitorar.

2. Formação de redes de compartilhamento e controle social, aproveitando as instituições e redes já existentes. Cada organização precisa ter clareza de sua co-responsabilidade dentro de suas causas, possibilitando a criação de redes de ação e de co-responsabilidade.
3. Necessidade de reciprocidade e coerência interna. A accountability deve, também, ser para dentro de nossas organizações perante seus públicos.
4. Promoção de uma cultura e formação em *accountability* na perspectivas de mudanças individuais, e que tenham uma repercussão na sociedade, através de um conjunto de ações por meio da mídia e instituições educacionais, que caminhem neste sentido.
5. Manutenção de canais abertos à aprendizagem e ao compartilhamento.

Durante o encerramento, Alejandro apresentou duas áreas que poderiam contribuir aos próximos passos do projeto “Diálogos Sustentáveis”:

1. Governança e accountability das parcerias inter-setoriais. A premissa é que nos últimos 10 a 20 anos, o termo das parcerias cresceu exponencialmente, mas parece que ainda há uma confusão. Em muitos casos, essas parcerias são menos *accountable* que setores isolados.
2. Espaços de ações multissetoriais e o desenvolvimento de marcos de referência de accountability na tomada de decisão entre setores. Espaço de consertação entre as ONGs, os sindicatos, câmaras de comércio e também atores internacionais.

8.2 Comentários gerais dos participantes durante o encerramento

No momento do encerramento, os participantes fizeram uma série de colocações a respeito das principais temáticas abordadas no evento e à continuidade do Projeto Diálogos Sustentáveis, somando-se àquelas expostas no questionário de avaliação entregue por cada participante neste terceiro dia, sistematizadas e apresentadas no item 8.3 deste relatório.

Sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e accountability

- Importância de mudança de hábitos de consumo pessoais, como a alimentação
- Ser imputável. Seria um dos elementos do conceito de accountability, que vai além da transparência e da prestação de contas, é o de arcar com as consequências, ligado ao termo ser “imputável”, o que traz à tona a ideia das consequências com as quais temos que arcar
- Importância do conceito de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, que foi aplicado no âmbito das negociações sobre mudanças climáticas. Resulta disso a necessidade de construir quadros de responsabilidades multissetoriais que dêem conta do problema com o qual se quer lidar. O diálogo é um ambiente adequado para esta construção
- O desenvolvimento sustentável pode ser paralisante. Por isso é importante ter foco de atuação e colaboração. A visão tem que ser do todo, mas a ação tem que ser específica.
- A riqueza a ação inter-setorial é justamente o que será necessário no século XXI. As receitas que temos até o momento não resolverão as questões da sustentabilidade, porque elas tendem a ser fragmentadas. A química das misturas é que vai trazer inovação para o futuro.
- Da hierarquia ao consenso. O futuro deverá ter mudanças implementadas a partir hierarquia das realizações.
- Os governos ainda estão muito aquém nesse processo. As empresas, pelos processos de RSE, e a sociedade civil já têm um avanço, mas o governo é o setor a ser sensibilizado.

- Mudar hábitos pessoais não é suficiente, é mais importante estabelecer processo de mudança com grupos mais significativos, como tem ocorrido em fundações, algumas empresas e em alguns processos junto a governos
- O esforço central tem que estar direcionado ao empresariado, mas isso passa por um esforço de superar estereótipos e preconceitos que ainda prevalecem e que pautam, não tanto o diálogo, mas a impossibilidade do diálogo. Grande parte de nós mesmos e dos atores enxergam o empresariado como um inimigo, como um ator com o qual não temos possibilidade de diálogo. “A gente tem que sair do preto ou branco. A realidade é muito mais acinzentada”. Enquanto a gente permanece nessas posições antagônicas, a gente acaba reforçando uma outra oposição, que é a oposição entre desenvolvimento e preservação.

Sobre a continuidade do Projeto Diálogos Sustentáveis

- Permeiar as grandes empresas com visões de sustentabilidade
- Envolver o setor de micro e pequenas empresas
- Envolver os jovens e universitários
- Priorizar a sensibilização do Governo e do empresariado
- Criar rede de cooperação para que os participantes possam efetivamente produzir mudanças
- Ter o “território” como ponto agregador dos diálogos e que colabore para a definição temática
- Aumentar a importância dos municípios

8.3 Avaliação dos participantes

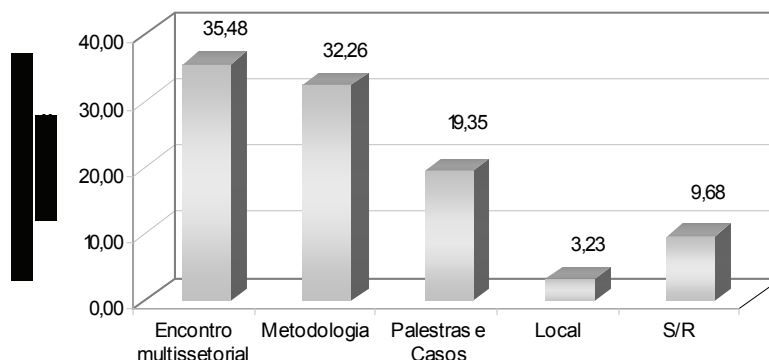
Apresentamos neste item o resultado da compilação das avaliações entregues ao final do evento. A entrega dos questionários foi feita com três principais objetivos: 1) levantar as considerações dos participantes sobre os processos de diálogo em si; 2) receber contribuição sua continuidade no Projeto Diálogos Sustentáveis; 3) avaliar a qualidade do Seminário “Desenvolvimento Sustentável: quem é responsável?”.

Dentre os aspectos apontados pelos participantes como “os que eles haviam mais gostado do evento” destacou-se a própria “oportunidade do encontro”, marcado não somente pela multissetorialidade, mas também pela diversidade de experiências e trajetórias de vida, assim como pelas visões diferenciadas sobre a concepção de desenvolvimento sustentável.

A metodologia do evento foi, da mesma forma, bastante elogiada, fosse pelas atividades em grupos ou pela realização da dinâmica do carrossel.

As informações contidas no gráfico abaixo apresentam os percentuais para cada aspecto apontado como “o que mais gostou no evento”:

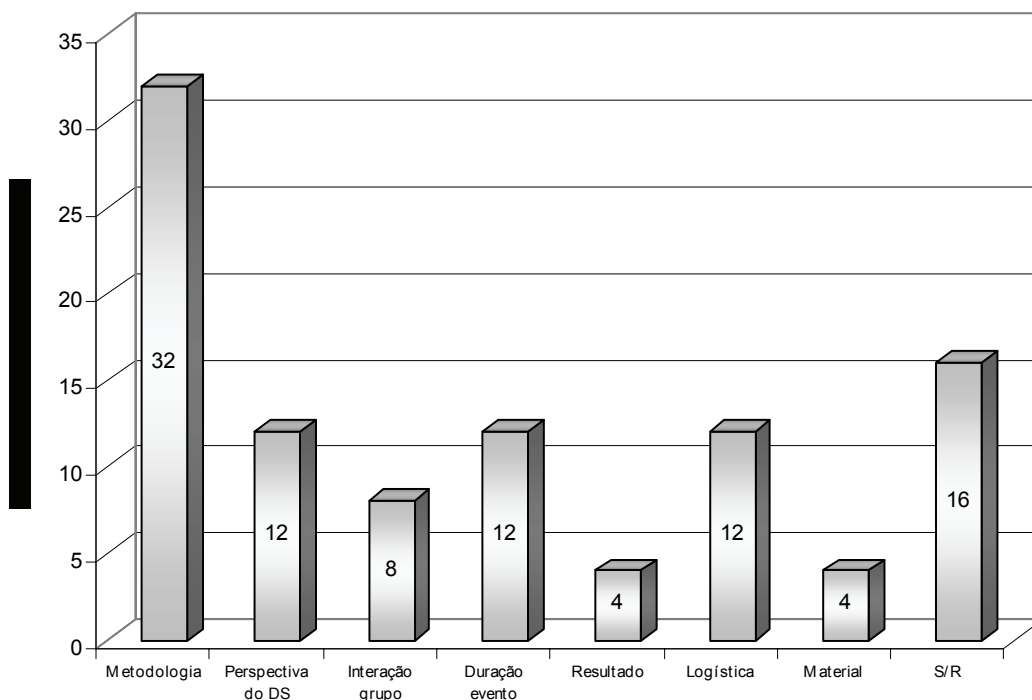
Aspectos positivos do evento segundo os participantes



Segundo uma das participantes: *“(O que mais gostei) Da oportunidade do diálogo e da troca deste assunto com profissionais de diversas áreas e setores. Da oportunidade de conhecer o método do carrossel que achei muito interessante e relevante pelo apanhado de informações e pensamentos”.*

Em relação aos aspectos que os participantes “menos gostaram” no evento, as respostas foram extremamente variáveis. Dentre os aspectos negativos comentou-se, por exemplo, da distribuição do tempo no evento. A metodologia aparece assim, paradoxalmente, com destaque como ponto de destaque tanto positivo e quanto negativo. Apresenta-se de forma destacada principalmente pelo fato de alguns participantes desejarem que houvesse mais tempo para o diálogo coletivo, reduzindo assim o espaço proporcionado aos palestrantes ou às plenárias.

Aspectos negativos do evento segundo participantes



Em relação ao ponto chamado de “Perspectiva do DS - Desenvolvimento Sustentável”, as colocações de três participantes foram no sentido ora das discussões serem demasiadamente locais/regionais e não setoriais, ora por terem considerado que não se chegou em pontos-chaves do desenvolvimento sustentável. Citando um dos participantes, que colocou que o que ele “menos gostou” foi “*A falta de debate sobre o modelo de desenvolvimento*”.

Além de identificarmos os pontos positivos e negativos do evento, o questionário teve também como propósito ouvir a opinião dos participantes sobre a continuidade do processo de diálogo sobre o desenvolvimento sustentável. Abaixo seguem as três perguntas elaboradas neste sentido, assim como alguma das respostas apresentadas pelos participantes.

Como o evento poderá alterar ou inspirar a sua prática? Cite exemplos, se houver.

- Dialogar: “A própria idéia de diálogo, como uma prática sistematizada é uma inspiração.”
- Encontro: “Encontro de atores interessados na troca de informações para DS”
- Compreensão do outro: “...percebi, neste evento, que o diálogo com o setor privado é possível e que há interesse e oportunidades para a construção e implementação de ações conjuntas”
- Compreensão do outro: “Perseverança na interlocução com o diferente”
- Interdependência: “A interdependência como uma necessidade e um fato irreversível para o processo de avanço social”.
- Prática: “A minha prática nos conselhos no qual atuo.”

O que você entende por diálogo e como ele pode ser transformado em realizações concretas?

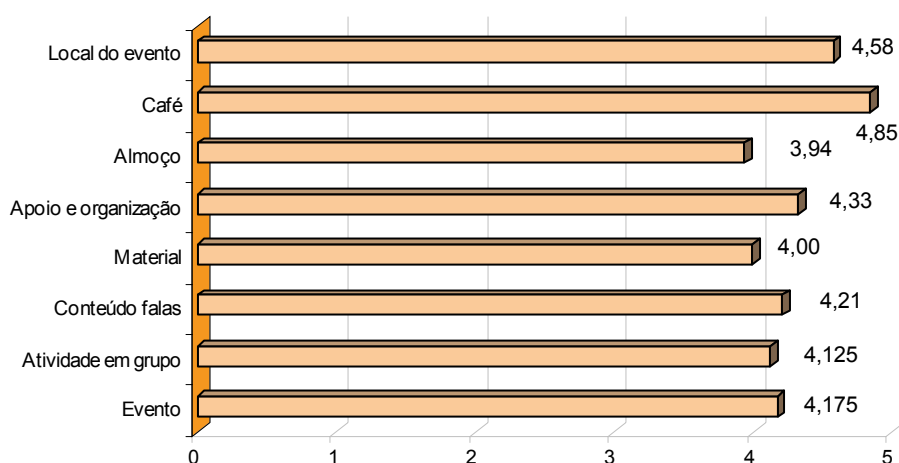
- Troca: “Troca de informações, sem o compromisso de encontrar consensos.”
- Formação: “Formação de lideranças capazes de colaborar interssetorialmente”
- Convergências: “É relação, reconhecimento da diversidade de percepções e intencionalidades, busca de pontos de convergência de objetivos e possibilidades de ações conjuntas”
- Agendas de realizações: “A partir de convergências identificadas pelos próprios participantes do diálogo é possível pactuar uma agenda de realizações e um processo de monitoramento”

Deixe suas sugestões de como aprimorar e continuar o processo de diálogo

- Comunicação: “Criar uma rede, preferencialmente na internet, de troca de informações, idéias e debates”
- Temas:
 - “Identificar áreas de cooperação e fomentá-las nos processos de diálogo com o foco em resultados”
 - “Identificar temas para gerar diálogos específicos (ex. energia, educação)”
 - “Trazer a discussão para o modelo atual de produção e consumo”
- Atores e setores envolvidos:
 - “Envolvendo outras dimensões do desenvolvimento, como gênero, “raça” e a dimensão geracional”
 - “Mantém alguns dos atores nas fases seguintes - continuidade -, mas incluir novos convidados / participantes para expandir visão e de alguma maneira “confirmar”/ aprofundar input do setor.”
 - “Envolver setores duros, de alta capacidade de investimentos econômico neste processo.”
 - “Trazer outros setores: religiões, artes , cientistas”

- “Diálogos sejam feitos entre diversas instituições que já vêm promovendo, tais como: FBDS, CNDS.”
- Próximos encontros
 - “Promover encontros fora de cidades e por apenas dois dias, no máximo.”
 - “Incluir dimensões humanas/ lúdicas nas pautas e no fazer acontecer dos eventos. Procurar formas de que compreensões diversas sobre certos temas possam ser um pouco mais depuradas.”
 - “Sugiro que incluam atividades lúdicas, contato com a natureza (caminhadas), relaxamentos, exercícios físicos (tai-chi), meditações e formação de redes.”

Por fim, solicitamos aos participantes avaliarem sete aspectos chaves à continuidade do processo e o evento como um todo, dando notas de 1 a 5 (sendo a nota cinco referente ao valor máximo). O gráfico abaixo reflete a forma positiva como o evento foi avaliado.



No campo disponível a outros comentários, os participantes fizeram as seguintes colocações finais:

“Parabéns pela iniciativa e por congregar neste evento profissionais de alto gabarito”

“Desejo participar dos próximos diálogos”

“O grupo reunido pela AB DL é extremamente rico e influente. Podemos criar um movimento que gere conseqüências práticas se conseguirmos sintonizar interesses comuns organizacionais”

“Faltaram as cópias das transparências apresentadas.”

“Houve uma lacuna quando a universidade não foi colocada como um setor, uma vez que um dos pontos centrais é a formação de cidadão, transformação de valores, etc.”

“O papel deveria ser do tipo reciclado”

“Só falta ar condicionado e retirarem as cadeiras excessivas e quebradas”

“Nota 10 para o almoço, café e local do evento”

“Gostaria de construir algo prático para exercitar todos os conceitos e observações decorridas nestes três dias visando à prática da accountability. Para isto gostaria de abrir um diálogo com a AB DL.”